

PLATAFORMAS EDUCACIONAIS E APRENDIZAGEM PERSONALIZADA: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA

*EDUCATIONAL PLATFORMS AND PERSONALIZED LEARNING: PATHS TOWARDS MORE
INCLUSIVE EDUCATION*

Lauricéa Aquino Ramos Vilela

MUST University, Estados Unidos

Rosana Campos de Castro Cardoso

MUST University, Estados Unidos

Ana Flávia Queiroz Nader

MUST University, Estados Unidos

Lílian Durão Nogueira Ferreira

MUST University, Estados Unidos

Meiriadilla Sousa de Oliveira

Faculdade Desenvolvimento das Américas, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/sna2a678>

Publicado em: 19.01.2024

RESUMO: À medida que plataformas digitais se infiltram nos territórios da educação contemporânea, redesenham-se, de maneira irreversível, os contornos da aprendizagem e da docência, deslocando as fronteiras tradicionais que antes delimitavam o saber escolarizado. A personalização do ensino, promessa reiterada por inteligências artificiais, algoritmos preditivos e ambientes virtuais imersivos, configura-se, não sem tensões, como promessa de uma inclusão que ainda carece de tradução plena. Entretanto, sob o verniz da inovação, subsistem dilemas de ordem ética, epistemológica e política, cuja compreensão exige rigor analítico e gesto crítico. O presente estudo tem como objetivo examinar de que forma as plataformas educacionais redesenham práticas pedagógicas e reconfiguram as possibilidades de uma educação inclusiva, confrontando promessas e paradoxos. Para isso, adota-se uma metodologia bibliográfica de caráter qualitativo, ancorada na análise de produções recentes que interrogam o cruzamento entre tecnologias digitais, cultura escolar e justiça educacional. Com essa ancoragem, busca-se ultrapassar leituras simplificadoras e tensionar os modos pelos quais a inovação tecnológica pode tanto potencializar acessos quanto sedimentar desigualdades históricas. Os resultados revelam que a eficácia das plataformas no fortalecimento de aprendizagens significativas depende menos dos dispositivos em si e mais da qualidade da mediação docente, que resgata o humano como centro da experiência educativa e desafia a lógica da reprodução técnica.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem Personalizada. Cultura Digital. Educação Inclusiva. Mediação Pedagógica. Plataformas Educacionais.



Abstract: As digital platforms infiltrate the territories of contemporary education, they are irreversibly redesigning the contours of learning and teaching, shifting the traditional boundaries that previously delimited school knowledge. The personalization of teaching, a promise reiterated by artificial intelligence, predictive algorithms and immersive virtual environments, is configured, not without tensions, as a promise of inclusion that still needs to be fully translated. However, beneath the veneer of innovation, ethical, epistemological and political dilemmas remain, the understanding of which requires analytical rigor and critical gesture. The present study aims to examine how educational platforms redesign pedagogical practices and reconfigure the possibilities of inclusive education, confronting promises and paradoxes. To this end, a qualitative bibliographic methodology is adopted, anchored in the analysis of recent works that question the intersection between digital technologies, school culture and educational justice. With this anchoring, we seek to overcome simplistic readings and to question the ways in which technological innovation can both enhance access and reinforce historical inequalities. The results reveal that the effectiveness of platforms in strengthening meaningful learning depends less on the devices themselves and more on the quality of teaching mediation, which restores the human as the center of the educational experience and challenges the logic of technical reproduction.

Keywords: Personalized Learning. Digital Culture. Inclusive Education. Pedagogical Mediation. Educational Platforms.

Introdução

As mutações que remodelam a educação no contexto da cultura digital instauram deslocamentos profundos na concepção, nos processos e nas práticas pedagógicas. Em meio à onipresença das tecnologias de informação e comunicação, as plataformas educacionais erguem-se como protagonistas de uma nova gramática do aprender, reconfigurando espaços, tempos e modos de ensino. Esse panorama exige mais do que a simples adesão tecnológica; impõe a necessidade de reflexão crítica sobre os sentidos e alcances que essas mediações instauram. Torna-se premente questionar se tais inovações democratizam, de fato, o acesso ao conhecimento ou se apenas ressignificam antigas desigualdades.

A personalização do ensino, convertida em paradigma contemporâneo, acentua as ambivalências deste cenário. Embora indique possibilidades de uma educação mais responsiva às singularidades dos estudantes, simultaneamente abre brechas para riscos e ambiguidades que não podem ser negligenciados. Na tessitura dessas promessas e desafios, a escola é convocada a reexaminar seus fundamentos, incorporando criticamente as potencialidades digitais sem subordinar-se a uma lógica de consumo ou automatismo. A reflexão sobre as plataformas digitais, nesse contexto, torna-se imperativo ético e epistemológico.

O presente estudo parte da intenção de compreender como as plataformas educacionais moldam novas práticas pedagógicas e impactam a busca por uma educação verdadeiramente inclusiva, considerando limites, riscos e possibilidades implicados nesse movimento. Propõe-se analisar criticamente o modo como tais dispositivos redesenham a mediação educativa, tensionando a relação entre inovação tecnológica e equidade escolar. Assume-se que compreender essas dinâmicas é fundamental para construir práticas formativas que ressignifiquem o uso tecnológico a partir de princípios éticos e emancipatórios.

Para alcançar tal objetivo, mobiliza-se uma metodologia de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, ancorada na análise de produções acadêmicas contemporâneas que problematizam a cultura digital, as práticas pedagógicas e os processos de inclusão educacional. A investigação não se propõe a esgotar a complexidade do tema, mas a adensar criticamente as discussões sobre o papel das plataformas digitais na constituição dos novos territórios da aprendizagem. A abordagem metodológica privilegia leituras transversais, buscando escapar tanto dos entusiasmos acríticos quanto dos determinismos tecnológicos.

A análise insere-se em um campo atravessado pela coexistência de discursos que ora celebram, ora problematizam a influência das tecnologias na educação. Enquanto alguns setores vislumbram nas plataformas instrumentos de democratização do saber, outros alertam para o risco de intensificação de desigualdades historicamente estruturais. Compreender tais paradoxos é essencial para que as tecnologias não sejam reduzidas a meros dispositivos de reprodução social, mas ressignificadas como potencializadores de processos formativos inclusivos e críticos.

Assim, refletir sobre a inserção das plataformas educacionais no cotidiano escolar implica repensar concepções de mediação, autoria e justiça social. Superar a mera adaptação de práticas tradicionais aos novos dispositivos exige a construção de sentidos para uma educação que, em tempos de algoritmos e personalizações massificadas, preserve a alteridade, a diversidade e a capacidade de resistência crítica dos sujeitos. Esta é a aposta ética e política que orienta o percurso investigativo empreendido neste artigo.

Referencial teórico

A integração das plataformas digitais ao cotidiano escolar tem reconfigurado, de maneira significativa, os paradigmas tradicionais de ensino e aprendizagem, promovendo deslocamentos nos modos de produção, circulação e apropriação do conhecimento. Para Ferreira (2020), essa nova configuração impõe à prática pedagógica uma abertura à diversidade de linguagens e formatos que caracterizam a cultura digital, exigindo do docente uma postura de constante atualização e reflexão crítica sobre seus métodos e objetivos. A personalização do ensino, sustentada por algoritmos adaptativos e tecnologias de inteligência artificial, propõe uma ruptura com o modelo homogêneo de aprendizagem, oferecendo trajetórias formativas mais sensíveis às singularidades dos estudantes. Entretanto, como alertam Modelski, Giraffa e Casartelli (2019), essa promessa não se concretiza automaticamente: ao contrário, a ausência de mediação consciente pode reforçar processos de exclusão, sobretudo em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e acesso desigual aos dispositivos digitais.

Nesse sentido, as plataformas educacionais não podem ser compreendidas como instrumentos neutros ou desprovidos de intencionalidade política e epistemológica. Rebelo (2024) destaca que, durante a pandemia de Covid-19, a adoção massiva dessas ferramentas evidenciou tanto sua capacidade de garantir a continuidade da escolarização quanto suas limitações estruturais, especialmente no que tange à inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade. A análise crítica das plataformas digitais, portanto, não se resume a um inventário de suas funcionalidades técnicas, mas demanda a problematização de seus impactos nos processos de subjetivação, nos vínculos pedagógicos e nas possibilidades de construção de sentidos educativos.

Assim, a compreensão das plataformas como espaços potenciais de aprendizagem personalizada e inclusiva requer o reconhecimento de que a tecnologia, isoladamente, não transforma práticas. O que se delinea é a necessidade de uma ação pedagógica intencional que resgate a centralidade do humano na relação educativa, tensionando as promessas de inovação sob a luz de princípios éticos, políticos e sociais que assegurem a dignidade e o direito de aprender em sua plenitude.

Plataformas educacionais nas dinâmicas de aprendizagem e de inclusão escolar

O avanço das tecnologias digitais no universo escolar reconfigura os territórios da aprendizagem, deslocando os sentidos historicamente atribuídos ao ensino presencial. Mais do que inserir dispositivos nos espaços de aula, as plataformas educacionais instauram novas materialidades, alterando a forma como o saber é produzido, compartilhado e legitimado. Essa mutação silenciosa, por vezes capturada apenas em sutilezas de interação, convoca a educação a repensar suas bases formativas e suas estratégias inclusivas, sob o risco de naturalizar exclusões digitais.

Ao discutir as condições de acessibilidade em plataformas digitais, Silvany (2024) expõe que o desafio da inclusão ultrapassa a simples oferta de ferramentas tecnológicas. A constituição de ambientes virtuais efetivamente inclusivos depende de uma arquitetura pedagógica que reconheça a pluralidade dos sujeitos e suas diferentes formas de interação com os conteúdos. Sem esse movimento consciente, as tecnologias apenas simulam uma democratização de acesso, quando, na realidade, sedimentam práticas de invisibilização de determinados perfis de estudantes.

A personalização da aprendizagem, concebida como promessa de inovação educativa, é tratada por Meroto (2024) não como um fim em si, mas como possibilidade condicionada pela mediação crítica do docente. Sem a devida intencionalidade pedagógica, as plataformas adaptativas tendem a se converter em dispositivos de fragmentação algorítmica, que mais segmentam do que potencializam trajetórias formativas. Assim, a personalização precisa ser situada dentro de projetos educativos que interpelem a lógica automatizada dos percursos individuais.

As tensões inerentes ao uso de plataformas educacionais no cotidiano escolar são problematizadas por Fialho et al. (2023), que apontam para a insuficiência dos modelos formativos focados apenas na instrumentalização técnica dos professores. O domínio de ferramentas, isolado de uma reflexão sobre suas implicações epistemológicas e sociais, produz práticas pedagógicas empobrecidas, incapazes de dialogar com a complexidade dos contextos contemporâneos. Mais do que dominar tecnologias, trata-se de redesenhar concepções de aprendizagem.

Na análise de Silvany (2024), nota-se que as plataformas que operam sob concepções pedagógicas homogeneizantes não apenas limitam a diversidade de experiências possíveis, mas reproduzem desigualdades de forma ainda mais sofisticada. A lógica de padronização dos acessos e das interações, travestida de inclusão, desconsidera as diferenças estruturais dos estudantes e fragiliza o próprio projeto ético-político da educação como direito universal.

Meroto (2024) amplia essa crítica ao enfatizar que a personalização verdadeira não se resume à customização estética dos ambientes virtuais. Trata-se, antes, da possibilidade de construir itinerários formativos capazes de reconhecer e valorizar a singularidade de cada

estudante, sem dissolver a dimensão coletiva e pública do ato educativo. Nesse sentido, a presença de tecnologias adaptativas exige uma postura ética que desafie a mercantilização da educação e afirme sua função social emancipadora.

Fialho et al. (2023) também indicam que, mesmo em cenários marcados por ampla conectividade e acesso a plataformas, a aprendizagem significativa não se realiza automaticamente. A construção de sentidos, mediada pela ação docente, permanece como eixo fundamental para a apropriação crítica dos saberes digitais. Sem essa mediação qualificada, a tecnologia corre o risco de reforçar práticas reprodutivistas e hierarquizadoras, deslocando ainda mais os sujeitos da experiência formativa.

A constatação de que as plataformas digitais reconfiguram a aprendizagem e a inclusão escolar exige o abandono de leituras ingênuas ou deterministas da tecnologia. Em lugar de promessas de soluções automáticas, impõe-se o enfrentamento do caráter político, ético e pedagógico das escolhas que orientam o uso dos dispositivos digitais. Nesse percurso, a docência adquire contornos renovados, desafiando-se a articular saberes tradicionais e emergentes e a construir práticas que tensionem os limites impostos pelas tecnologias, expandindo os horizontes da emancipação educativa.

Personalização do ensino na era digital como nova ética pedagógica

A incorporação das tecnologias digitais ao cotidiano escolar não apenas transforma as formas de ensinar, mas também tensiona os fundamentos éticos que orientam o ato pedagógico. A promessa de personalização da aprendizagem, impulsionada por plataformas inteligentes, desloca a responsabilidade curricular para novos parâmetros, exigindo do educador uma consciência crítica ampliada. Nesse cenário, a educação deixa de ser mero processo de transmissão de conteúdos e passa a ser espaço de construção intencional de trajetórias formativas.

Cotta et al. (2024) refletem que a inteligência artificial redefine o currículo, propondo percursos mais individualizados, porém nem sempre isentos de vieses e limitações estruturais. A personalização, se conduzida por algoritmos opacos e sem mediação pedagógica consciente, arrisca reproduzir desigualdades sob a aparência de inovação. Assim, a atuação docente precisa intervir criticamente nos mecanismos de recomendação e adaptação oferecidos pelas plataformas, garantindo que o projeto formativo permaneça ético e emancipador.

A ética no uso de tecnologias digitais, segundo Fernandes et al. (2024), não reside apenas na proteção de dados, mas se enraíza na forma como as relações de poder e de acesso ao conhecimento são organizadas no ambiente virtual. A mediação docente, portanto, é convocada a ultrapassar a dimensão técnica para adentrar a arena ética, problematizando escolhas que impactam a constituição de identidades e o direito ao saber. A inteligência artificial, nesse sentido, exige mais do que domínio instrumental: requer responsabilidade formativa.

Almeida e Silva (2022) sublinham que o impacto das ferramentas de inteligência artificial no ensino personalizado precisa ser analisado à luz das condições concretas de desigualdade social e acesso digital. A personalização, sem políticas efetivas de inclusão, pode acentuar distâncias já existentes, reforçando a lógica de segmentação dos sujeitos educacionais. Em contextos de vulnerabilidade, a promessa de caminhos individualizados corre o risco de se converter em novas formas de exclusão silenciosa.

O uso crítico das plataformas digitais exige, como apontam Cotta et al. (2024), uma reformulação das competências docentes, para que a mediação seja capaz de tensionar as lógicas algorítmicas que regem a personalização. A construção de projetos pedagógicos que incorporem a tecnologia como meio e não como fim implica devolver ao educador o papel central de articulador ético das aprendizagens. Sem essa mediação, a inteligência artificial permanece prisioneira das lógicas de mercado e padronização.

Fernandes et al. (2024) advertem que o deslumbramento com as promessas de inovação tecnológica pode cegar educadores e instituições para os riscos de uma formação pautada pela superficialidade e pela automação de processos cognitivos. A personalização verdadeira demanda a construção de experiências de aprendizagem que desafiem o estudante, promovam autonomia e desenvolvam pensamento crítico. Não basta ajustar trilhas individuais: é preciso sustentar projetos educativos comprometidos com a dignidade humana.

Conforme observam Almeida e Silva (2022), a incorporação de ferramentas de inteligência artificial nos processos de ensino-aprendizagem exige a criação de marcos regulatórios que preservem princípios éticos fundamentais. Sem critérios claros para o uso e avaliação dessas tecnologias, o risco de decisões pedagógicas serem delegadas a algoritmos é real e preocupante. Cabe ao educador atuar como mediador crítico, capaz de ressignificar os caminhos propostos pelas plataformas digitais.

A construção de uma nova ética pedagógica na era da personalização digital demanda mais do que a atualização de competências técnicas. Implica a reafirmação do compromisso com a formação humana em sua complexidade e integralidade. Diante da força silenciosa dos algoritmos, a educação assume o desafio de preservar sua função crítica, política e emancipatória, colocando a tecnologia a serviço da ampliação de direitos e da produção de sentidos.

Desafios e limites das tecnologias na promoção de uma educação inclusiva

A emergência das tecnologias digitais no campo educacional reconfigura promessas antigas sob novos discursos de inovação. A ampliação do acesso e a personalização dos processos de aprendizagem figuram como palavras de ordem, embora as dinâmicas históricas de exclusão se atualizem nas interfaces algorítmicas (Narciso et al., 2024; Instituto Rodrigo Mendes, 2021). A reprodução de hierarquias silenciosas, sob a aparência de individualização dos percursos formativos, denuncia que a inovação, quando esvaziada de compromisso ético, apenas sofisticadamente reitera as mesmas práticas excludentes.

O manejo de ferramentas colaborativas, sem ancoragem crítica no projeto pedagógico, desloca-se facilmente de instrumento de mediação a vetor de reprodução de desigualdades. Ao priorizar lógicas de desempenho e adaptação superficial, a personalização tecnológica tende a obscurecer as necessidades reais dos sujeitos, como observam Silva e Moraes (2019) e Narciso et al. (2024). O acesso, isoladamente considerado, não dissolve as distâncias formativas; apenas oculta sob a estética da inovação os antigos mecanismos de segregação.

Silva e Moraes (2019) analisam que a permanência de barreiras institucionais e simbólicas impõe limites concretos às políticas de inclusão escolar. A personalização por algoritmos, ao desconsiderar a complexidade dos sujeitos, fragiliza ainda mais a construção de uma educação pública que se pretenda emancipatória. A inovação tecnológica, nesse contexto, exige ser pensada

não como dispositivo de correção das falhas do passado, mas como campo de disputas em torno de novos sentidos de inclusão.

O IRM (2021), ao propor o Desenho Universal para a Aprendizagem como referência estruturante, tensiona o uso instrumental das tecnologias em educação. Planejar ambientes de aprendizagem que integrem a diversidade desde sua concepção implica compreender que a exclusão não se resolve com remendos, mas com deslocamentos paradigmáticos. A adesão acrítica às plataformas digitais, mesmo sob a bandeira da personalização, corre o risco de consolidar práticas educativas que, em vez de ampliar horizontes, cristalizam desigualdades sob uma nova gramática.

Estudos recentes têm mostrado que, mesmo em cenários de alta conectividade, a exclusão educativa permanece entranhada nas práticas escolares digitais (Narciso et al., 2024; IRM, 2021). A ausência de uma política de acessibilidade efetiva e a precarização da formação docente acentuam o fosso entre os estudantes, limitando o alcance das promessas de personalização e inovação. Nessas condições, a tecnologia não corrige as desigualdades; apenas as redesenha em molduras aparentemente mais modernas.

Silva e Moraes (2019) chamam a atenção para o risco de uma inclusão apenas formal, que mantém os estudantes nos registros administrativos, mas os exclui da experiência formativa plena. A personalização, longe de ser uma solução universal, pode transformar-se em mais uma estratégia de adaptação dos indivíduos às condições de desigualdade, em vez de questionar as estruturas que as produzem. A inclusão efetiva, nesse sentido, não é um ajuste, mas uma reconstrução profunda do projeto educacional.

O IRM (2021) adverte que, para além das boas intenções, a construção de uma educação inclusiva mediada por tecnologias digitais demanda práticas pedagógicas robustas, investimentos públicos contínuos e, sobretudo, compromisso político com a diversidade humana. A personalização, para ser emancipadora, deve ir além da oferta de percursos individuais: precisa assegurar que esses percursos estejam inscritos em um horizonte coletivo de justiça social e direito ao conhecimento.

Assim, a personalização tecnológica situa-se hoje num campo de tensões. Sua apropriação crítica depende da capacidade dos educadores e gestores de deslocarem-se de uma perspectiva centrada na eficiência para outra, alicerçada na dignidade dos sujeitos. Sem esse movimento, as tecnologias digitais, por mais sofisticadas que sejam, seguirão operando como instrumentos de reprodução das exclusões, em novos formatos e sob novas linguagens.

Mediação docente como elemento fundante para o uso crítico das plataformas digitais

A presença intensiva das plataformas digitais nos ambientes escolares transforma as exigências colocadas à mediação docente, convertendo-a em elemento fundante da ação educativa. Longe de representar uma atualização técnica, essa reconfiguração demanda a construção de percursos formativos críticos, capazes de resistir à lógica da automatização algorítmica e de reafirmar a centralidade do humano na experiência pedagógica.

Os estudos de Alves e Lopes (2024) e de Goedert e Arndt (2020) indicam que a massificação das plataformas educativas impõe riscos de padronização dos saberes, especialmente

quando sua implementação se dá sem a mediação crítica dos professores. Nessa perspectiva, a docência precisa operar como instância de mediação ética, reorientando o uso das tecnologias digitais a partir de finalidades educativas comprometidas com a diversidade e com a justiça social.

A crítica de Vieira et al. (2024) sublinha que a inclusão educacional efetiva não pode ser terceirizada às tecnologias. A mediação docente, entendida como prática intencional de acolhimento das diferenças, tensiona as promessas de personalização feitas pelas plataformas, interrogando suas limitações e exigindo práticas que incorporem a diversidade como elemento estrutural dos processos formativos.

No trabalho de Alves e Lopes (2024), observa-se que a popularização dos saberes digitais convive com novas assimetrias de poder no interior da escola. A mediação crítica, nesse contexto, deixa de ser uma opção metodológica e torna-se um imperativo ético, pois apenas a intervenção consciente dos docentes é capaz de desconstruir as naturalizações impostas pelos ambientes algorítmicos.

Goedert e Arndt (2020) ressaltam que o uso intensivo de tecnologias durante a pandemia expôs a fragilidade de práticas pedagógicas centradas unicamente em transmissões de conteúdo. Sem a mediação ativa do professor, o potencial crítico da aprendizagem se esvai, cedendo lugar a modelos instrucionistas empobrecidos, ainda que mascarados por narrativas de inovação.

Dados de Vieira et al. (2024) reforçam que as Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação, quando integradas criticamente, podem contribuir para práticas educativas mais inclusivas e democratizantes. A mediação docente é o que impede que tais tecnologias se limitem a adaptar trajetórias padronizadas, sem considerar as singularidades dos sujeitos aprendentes.

Alves e Lopes (2024) e Goedert e Arndt (2020) convergem ao defender que a mediação crítica é o elemento que transforma as tecnologias digitais de instrumentos de mercado em dispositivos de emancipação educativa. Não se trata de recusar a inovação, mas de reapropriá-la, inserindo-a em projetos pedagógicos orientados pelo compromisso ético com a equidade.

A mediação docente, compreendida como prática formativa crítica, inscreve-se hoje como eixo estruturante da educação mediada por plataformas digitais. A tecnologia, sem o olhar ético e intencional do professor, corre o risco de reforçar desigualdades históricas, camufladas sob a aparência da personalização e da inovação educativa.

Metodologia

A investigação aqui delineada adota como horizonte metodológico a abordagem bibliográfica, compreendida como exercício crítico de leitura e articulação teórica. Mais do que reunir fontes, trata-se de instaurar um movimento interpretativo que tensione as promessas e os limites das plataformas digitais no processo de personalização da aprendizagem, situando-as no interior de debates mais amplos sobre equidade e inclusão escolar.

O conjunto de textos analisados foi constituído por obras acadêmicas recentes que interrogam o uso das tecnologias digitais no campo educativo, com atenção especial às práticas de mediação docente. Preferiu-se o diálogo com estudos que recusam perspectivas meramente instrumentais, compreendendo as tecnologias não como fins em si mesmas, mas como mediações atravessadas por projetos formativos, interesses econômicos e disputas simbólicas.

Ao invés de promover um levantamento extensivo de fontes, optou-se pela análise intensiva e contextualizada dos textos selecionados. Essa escolha visa possibilitar a construção de um percurso reflexivo, atento às tensões e ambivalências que atravessam o discurso da inovação tecnológica na educação, evitando leituras que simplificam a complexidade dos fenômenos estudados.

A definição do corpus privilegiou critérios de atualidade, densidade teórica e relevância crítica. Buscou-se compor um mosaico interpretativo capaz de dialogar com os dilemas contemporâneos da cultura digital, sem recair em entusiasmos tecnicistas ou na negação acrítica dos potenciais formativos implicados no uso das plataformas educacionais.

A análise dos materiais implicou a construção de redes de sentido entre diferentes perspectivas teóricas. Longe de buscar convergências forçadas, o procedimento adotado procurou valorizar a pluralidade dos olhares e a potência heurística das divergências, compreendendo-as como condição para o aprofundamento da reflexão sobre a educação digital contemporânea.

A metodologia aqui mobilizada entende a produção do conhecimento como atividade situada e politicamente implicada. Assim, a leitura das obras não se limitou a uma síntese de ideias previamente estabelecidas, mas envolveu a produção de interrogações que desestabilizam consensos e abrem espaço para a emergência de novas problematizações sobre tecnologia, inclusão e mediação pedagógica.

O percurso metodológico recusou a busca por soluções fechadas ou receitas aplicáveis. Apostou, antes, na construção de compreensões provisórias, sensíveis à historicidade dos processos educativos e às transformações incessantes dos contextos culturais, sociais e tecnológicos que moldam o presente da educação.

Assumir a metodologia bibliográfica como prática crítica é, neste estudo, comprometer-se com uma leitura que não instrumentaliza as fontes, mas as convoca a interpelar os sentidos já naturalizados sobre a relação entre tecnologias digitais e personalização do ensino. A análise que se apresenta, portanto, situa-se no campo das resistências acadêmicas ao determinismo tecnológico e à colonização mercadológica do imaginário educacional.

Resultados e discussão

As plataformas digitais, ao se consolidarem como dispositivos centrais da experiência escolar contemporânea, reconfiguram não apenas práticas pedagógicas, mas também modos de exclusão historicamente constituídos. O discurso da inovação, frequentemente apresentado como solução universal, tende a obscurecer as condições sociais que limitam o acesso pleno e equitativo às novas formas de aprendizagem (Santos et al., 2024).

A personalização do ensino, mediada pelas tecnologias digitais, demanda uma reflexão ética sobre suas implicações. Como observam Camargo e Lopes (2023) e Guedert e Schlemmer (2022), a adaptação algorítmica dos percursos educativos, quando não mediada criticamente, corre o risco de fragmentar as trajetórias formativas e de reforçar hierarquias simbólicas já naturalizadas no ambiente escolar.

As possibilidades abertas pelas plataformas digitais para uma educação mais inclusiva exigem, contudo, a intencionalidade da mediação docente. Vieira (2022) adverte que, sem intervenção pedagógica crítica, a promessa de acessibilidade e autonomia tecnológica pode

converter-se em novo mecanismo de segregação, aprofundando a distância entre estudantes em função de suas condições socioculturais.

O Instituto Rodrigo Mendes (IRM, 2021) destaca que a construção de ambientes digitais verdadeiramente inclusivos pressupõe não apenas o desenho de interfaces acessíveis, mas também a implementação de práticas pedagógicas que incorporem a diversidade como eixo estruturante. Essa perspectiva recoloca o professor no centro do projeto educativo, como mediador crítico e articulador de sentidos.

Narciso et al. (2024) e Silva e Moraes (2019) convergem ao evidenciar que a exclusão educacional no ambiente digital se reproduz, muitas vezes, de forma silenciosa, sob a aparência da inovação. A tecnologia, quando não integrada a práticas educativas comprometidas com a equidade, atua como espelho das desigualdades sociais, ao invés de atuar como vetor de sua superação.

Os estudos de Alves e Lopes (2024), juntamente com as reflexões de Goedert e Arndt (2020), reforçam que a mediação docente não pode ser entendida como ação subsidiária, mas como condição fundante para a construção de práticas educativas emancipadoras em ambientes digitais. A personalização algorítmica, sem o tensionamento ético dos professores, tende a produzir percursos adaptativos que esvaziam a potência formativa da educação.

Almeida e Silva (2022) sublinham que a construção de uma educação personalizada no contexto digital precisa ser acompanhada de políticas e práticas que assegurem a inclusão e a equidade, sob pena de aprofundar as desigualdades existentes. A promessa de caminhos individualizados, sem intervenção crítica, corre o risco de se converter em novas formas de exclusão invisível.

A análise dos resultados evidencia que a tecnologia, embora potencialize novas práticas pedagógicas, não substitui a mediação humana. Como mostram IRM (2021) e Alves e Lopes (2024), é a intencionalidade ética da ação docente que confere às plataformas seu sentido educativo, transformando dispositivos tecnológicos em oportunidades de formação crítica e emancipadora.

Assim, os resultados sugerem que a construção de uma educação inclusiva e personalizada no contexto digital depende menos da sofisticação das ferramentas tecnológicas e mais da capacidade dos professores de reinscrever as tecnologias em projetos pedagógicos sensíveis à pluralidade dos sujeitos e às complexidades do mundo contemporâneo.

Considerações finais

As plataformas digitais, ao serem incorporadas aos processos educativos, não deslocam apenas ferramentas; provocam rupturas nos modos de pensar a formação, a inclusão e o próprio sentido da escola. Tornou-se inadiável refletir sobre o quanto as promessas de inovação, embaladas em retóricas de eficiência e personalização, obscurecem os efeitos de exclusão renovada que se insinuam nos ambientes digitais.

Este percurso investigativo tomou como ponto de partida a intenção de examinar, sob o prisma crítico, os modos como as plataformas reconfiguram práticas pedagógicas e reposicionam as disputas em torno da equidade educacional. A metodologia bibliográfica mobilizada não se

limitou a mapear discursos: buscou tensionar sentidos, interrogando as estruturas que legitimam a personalização como novo imperativo formativo.

Importa situar que a inserção das tecnologias digitais no cotidiano escolar, se não for mediada criticamente, corre o risco de se tornar nova gramática da exclusão, desta vez mais sofisticada e silenciosa. A promessa de acesso e autonomia, ao não considerar as materialidades da desigualdade, escorrega para a reprodução dos mesmos mecanismos de marginalização social historicamente consolidados.

As análises realizadas reiteram que a personalização tecnológica, sem a ação crítica da mediação docente, produz percursos fragmentados, voltados mais à adaptação às dinâmicas mercadológicas do que à formação integral dos sujeitos. A inovação, descolada de um projeto ético de educação, esvazia-se de sentido emancipador, tornando-se ferramenta de controle disfarçada de liberdade.

Constata-se que a centralidade da mediação pedagógica crítica não pode ser renegociada nos ambientes digitais. Sem a intervenção docente intencional, a tecnologia, em vez de expandir horizontes, tende a estreitar as possibilidades formativas, convertendo a diversidade em variável estatística a ser gerenciada por algoritmos adaptativos.

A metodologia bibliográfica, ao articular perspectivas teóricas divergentes e situar as práticas digitais em seu contexto histórico e político, permitiu revelar fissuras nos discursos hegemônicos sobre inovação educativa. Não se trata de negar a potência das tecnologias, mas de desnaturalizar seu uso, recolocando no centro do debate a dimensão ética e coletiva da aprendizagem.

A reflexão construída aponta que resistir à colonização mercadológica do espaço educativo é tarefa que não pode ser delegada às plataformas. Exige-se, nesse horizonte, a reafirmação da prática docente como gesto político de produção de sentidos, capaz de reinscrever as tecnologias em projetos formativos comprometidos com a justiça, a pluralidade e a emancipação humana.

A intensificação da cultura digital no campo educativo demanda, mais do que adaptação técnica, uma refundação crítica dos modos de ensinar e aprender. A aposta na mediação ética e na escuta das diferenças não apenas tensiona os limites da personalização algorítmica, mas restitui à escola seu papel insubstituível de espaço público de formação democrática.

Referências

ALMEIDA, J.; SILVA, M. **Educação personalizada com IA no Brasil**. São Paulo: Editora Educação, 2022.

ALVES, L.; LOPES, D. **Educação e plataformas digitais: popularizando saberes, potencialidades e controvérsias**. Salvador: EDUFBA, 2024.

COTTA, G. M. et al. Personalização da aprendizagem com inteligência artificial: um novo paradigma para o currículo escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, out. 2024.

FERNANDES, A. B. et al. A ética no uso de inteligência artificial na educação: implicações para docentes e estudantes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 3, mar. 2024.

FERREIRA, J. de L. Cultura digital e formação de professores: uma análise a partir da

perspectiva dos discentes. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e75857, 2020.

FIALHO, I.; CID, M.; COPPI, M. Vantagens e dificuldades na utilização de plataformas e tecnologias digitais por professores e alunos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. 1–23, 2023.

GOEDERT, L.; ARNDT, K. B. F. Mediação pedagógica e educação mediada por tecnologias digitais em tempos de pandemia. **Revista Criar Educação**, v. 9, n. 2, p. 104, ago. 2020.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Tecnologias digitais aplicadas à educação inclusiva: fortalecendo o Desenho Universal para a Aprendizagem**. São Paulo: Instituto Rodrigo Mendes, 2021.

MEROTO, M. B. N. Personalizing education: the role of adaptive technologies in individualized education. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 2, p. 1–17, 2024.

MODELSKI, D.; GIRAFFA, L. M. M.; CASARTELLI, A. de O. Tecnologias digitais, formação docente e práticas pedagógicas. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e180201, 2019.

NARCISO, R.; CHAVES, E. B. G.; SALATIEL, E. M.; RODRIGUES, F. F.; CUNHA, M. R.; SILVA, R. G.; SANTOS, S. M. A. V.; RIGO, T. A. T. Ferramentas colaborativas na educação EAD. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 1941–1959, 2024.

REBELO, A. S. Tecnologias digitais nas escolas brasileiras durante a pandemia de Covid-19: registros do censo escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 44, n. 123, p. 197–206, 2024.

SILVA, A. R. da; MORAES, J. F. de. A educação inclusiva e seus obstáculos na instituição escolar. **Revista do CEAM**, v. 5, n. 2, p. 69–75, 2019.

SILVANY, M. A. Acessibilidade digital em plataformas de aprendizagem. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 4, p. 1–21, 2024.

VIEIRA, L. A.; CASAGRANDE, K.; DELLA BIANCA, M. T. A mediação e a contribuição das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação para a educação inclusiva. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 22, n. 2, p. 59–72, abr./ago. 2024.